

Entre Vistas e Olhares

Ângela Maria Freire de Lima e Souza
fala aos
Cadernos de Gênero e Tecnologia¹

É com muita satisfação que compartilhamos com nossos leitores esta conversa virtual que Tivemos com a professora Ângela. A entrevista foi realizada via e-mail, ferramenta que nos possibilita uma aproximação com pessoas que estão distantes fisicamente, mas próximas no campo da produção de conhecimento, bem como no estabelecimento de relações de amizade.

Dona de um extenso e admirável currículo, com inúmeras publicações e orientações relevantes para o campo dos estudos de Gênero, Ciência e Tecnologia, Ângela cativa pela simpatia, generosidade e disponibilidade invejáveis que nos permite incluí-la no grupo de parceiras intelectuais e amigas pessoais. Nas páginas que segue, Ela compartilha conosco a sua trajetória pessoal e profissional, bem como sua forma de pensar assuntos relacionados a Gênero, Ciência e Tecnologia no Brasil.

Certamente será uma leitura agradável e enriquecedora.

CGT – Olá Ângela, inicialmente agradecemos sua disposição para participar da seção “Entre vistas e olhares” dos Cadernos de Gênero e Tecnologia.

Ângela - O prazer é todo meu.

CGT - Vamos começar com sua trajetória pessoal e profissional. Fale-nos um pouco sobre isso.

Ângela - Nasci numa cidade do Recôncavo Baiano, chamada Nazaré, em 1954. Durante os meus primeiros anos de vida morei em muitas outras cidades, porque o meu pai era fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado e isto nos obrigava a segui-lo pelo interior da Bahia para exercer sua função. Depois de alguns anos, voltamos para Nazaré, onde concluí o ensino fundamental e viemos para Salvador, onde estudei no Colégio Estadual da Bahia, o famoso Central, como era conhecido. Na ocasião, o ensino público era de excelência, e o Central congregava os melhores professores, de modo que não tive dificuldades para passar no concurso vestibular e entrar no Curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Bahia. Fiz o curso em quatro anos e logo depois fui contratada como professora colaboradora do departamento de Biologia Geral e entrava simultaneamente no Mestrado de Biologia, área de concentração Fisiologia Vegetal. Casei no ano seguinte e, um ano depois, nascia o primeiro filho. Os próximos anos foram uma correria, conciliando a vida acadêmica e a criação deste e dos outros dois meninos, que chegaram com intervalo de menos de dois anos... Com o mestrado concluído e já efetivada como docente da UFBA, vivi intensamente os anos que se seguiram, sempre conciliando a vida profissional com as diversas e complexas atribuições de uma “mãe de família”, como se costumava dizer. Vale dizer que só fiz o doutorado em Educação, na

própria UFBA, quinze anos depois, uma flagrante consequência da minha dedicação simultânea ao mundo público e privado, na mesma intensidade... Costumo dizer que o gênero fez toda a diferença na minha carreira, para o bem e para o mal. Depois do doutorado, me credenciei para os Programas de Pós-Graduação em Educação da UFBA e de Ensino, Filosofia e História das Ciências, atuando nos dois até me aposentar, em 2009. Integrei também o primeiro time de credenciadas para o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos – PPGNEIM, onde me encontro até hoje, com dedicação exclusiva.

CGT – Você enfrentou algum/uns desafio/s durante sua trajetória acadêmica enquanto professora universitária de Biologia?

Ângela - Não posso dizer que tive dificuldades como professora de Biologia. Do ponto de vista estritamente profissional, sempre foi muito agradável dar aulas de Biologia Celular, fazer pesquisa com genética de plantas e eventualmente oferecer cursos de especialização ou de atualização em Biologia para professoras da rede pública do Estado, como atividade de extensão. Penso que exerci todas as atividades concernentes à minha profissão com todo o rigor e eficiência necessários para me orgulhar da minha carreira.

De certo modo, tive algumas vantagens como professora universitária, uma vez que, sendo possível trabalhar em casa, nesta condição, nunca fui perseguida ou cobrada por eventuais ausências quando era imprescindível ficar com as crianças, por razões de alguma doença ou outra situação que me exigisse estar com a família. Neste sentido, afirmo que a carreira universitária é uma das poucas que permitem esta flexibilidade; trabalhei muito em casa, sem prejuízo da carreira e nem das minhas atividades como docente, sentindo-me perfeitamente cumpridora das minhas funções e responsabilidades.

CGT - Como se deu sua aproximação aos estudos de gênero?

Ângela - Sempre observei com muita atenção o trabalho de meus colegas homens e mulheres, ao tempo em que me esforçava para fazer o melhor que podia, no âmbito da universidade. Mesmo sem qualquer aproximação com os estudos de gênero ou o pensamento feminista, não me escapava a percepção do quanto era difícil para as mulheres casadas e mães desenvolverem uma carreira, como o faziam os homens. A produção acadêmica deles era sempre superior, suas participações em congressos era muito mais marcante do que a das mulheres, e assim por diante. Tais observações me levaram a pensar em um projeto de pesquisa, para o doutorado, que analisasse trajetórias de biólogas acadêmicas, numa perspectiva que considerasse sua condição feminina. Como nada sabia sobre tais questões, fui buscar respostas no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM, que já conhecia através de uma colega muito próxima, que estava estudando as mulheres na Pedagogia. Fiz duas disciplinas oferecidas por professoras do NEIM: Gênero e Poder, com Ana Alice Costa e Estudos Feministas, com Cecília Sardenberg. Nunca mais deixei o NEIM, tornando-me sua pesquisadora permanente assim que concluí o doutorado e passando a me dedicar aos estudos de gênero, especialmente Gênero e Ciência. Gostaria de destacar aqui dificuldades marcantes que enfrentei, e que parece ser comum a todas que mudam das áreas das Exatas e Biomédicas para os Estudos Feministas: de repente, as certezas desaparecem; as verdades imutáveis da Biologia deixam saudades...Por exemplo, não há nenhuma dificuldade para

definir o que é uma mitocôndria, organela celular onde ocorrem reações químicas próprias da fosforilação oxidativa; mas quando precisamos conceituar gênero temos que considerar diferentes argumentos, ao tempo em que percebemos que o conceito está sempre em construção. Outra dificuldade é a superação necessária da forma lacônica de se expressar, conforme o treino de anos a fio no contexto das ciências naturais. Lembro-me que, no início desta minha trajetória, quando tinha que escrever um artigo de 15 a 20 páginas era um grande sofrimento... Afinal, na minha área de origem, quanto menos palavras, melhor.

CGT - Você percebeu alguma estranheza na reação das pessoas com as quais você convive no meio familiar e profissional quando você “abandonou” a Biologia e se embrenhou nos estudos de gênero?

Ângela - No meio familiar, um estranhamento pequeno, digamos assim, partindo de algumas pessoas. Em casa mesmo, nenhum. Meu marido até me disse que eu sempre fui feminista e não sabia. O estranhamento maior veio dos meus colegas de Instituto de Biologia. Percebi claramente que deixara de contar com a admiração e até mesmo com o respeito deles, em alguns casos, inclusive de colegas mulheres, como se eu tivesse deixado de ser uma pesquisadora de verdade, ou passasse a ser uma pesquisadora de “segunda categoria”. Segundo a concepção de ciência reinante naquele ambiente, eu de fato deixara de fazer ciência, para me dedicar a uma discussão política e até mesmo panfletária. Esta percepção começa a mudar; recentemente fui convidada para um evento no âmbito de um dos mais importantes grupos de pesquisa do Instituto de Biologia para fazer uma apresentação; mas é preciso ressaltar que não se trata de um grupo de pesquisa em Biologia pura, mas que se volta para questões históricas e filosóficas neste campo.

CGT – Você percebe alguma relação entre a Biologia e os estudos de gênero? São campos convergentes ou conflitantes?

Ângela - Do ponto de vista epistemológico, são campos absolutamente divergentes. As epistemologias feministas baseadas na crítica à Ciência Moderna em seus pressupostos básicos - universalidade, objetividade e neutralidade - se opõem frontalmente aos princípios que norteiam a produção do conhecimento no contexto da Biologia contemporânea, em muitos aspectos bem distante do que Morin chamou de Paradigma da Complexidade; tal paradigma parece inerente ao pensamento biológico, uma vez que o próprio objeto da biologia – a vida – não pode ser reduzida a modelos e esquemas explicativos, tão caros ao modelo hegemônico de ciência e que, muitas vezes, são utilizados para tornar mais acessível e compreensível as complexas rede de interações que caracterizam os sistemas vivos. No entanto, é possível e desejável uma aproximação cada vez mais consistente entre esses campos. A crítica feminista pode se tornar um instrumento fundamental para o que Schiebinger chama de “ferramentas agnotológicas” que constituiriam um antídoto à ignorância produzida pelo viés androcêntrico, constituindo-se em uma abordagem que desenvolve métodos mais práticos de análise de sexo e gênero para a ciência e engenharia. Desta forma, desvios e erros metodológicos importantes no seio das ciências biológicas, que produzem ignorância e mal-entendidos, podem ser superados pelo uso das já referidas ferramentas, como repensar prioridades de pesquisa e resultados; repensar conceitos e teorias: formular novas questões

para a pesquisa: analisar sexo e gênero e como interagem; repensar padrões e modelos de referência: repensar linguagem e representações visuais.

CGT- Muitos/as cientistas se valem da biologia para dizer que mulheres e homossexuais tem menos capacidade para determinadas áreas. O que você pensa a esse respeito?

Ângela - O mundo científico reproduz as práticas sociais que discriminam as mulheres, negando-lhes o exercício pleno de seus direitos e talentos; a condição da mulher em laboratórios de pesquisa ou mesmo a sua invisibilidade se apoia na sua subordinação aos homens, consagrada e reforçada de modos os mais diversos. Tal subordinação tem raízes profundas, que envolvem fenômenos e processos em todas as áreas e campos de atividade humana. No campo do conhecimento, as mulheres foram excluídas ou então, quando conseguiram romper as barreiras, foram invisibilizadas quando a história da ciência foi contada. Por sua vez, a Ciência sempre apresentou argumentos para justificar a opressão das mulheres e seu distanciamento do mundo do saber. Assim, no século XVII se afirmava que “o abstrato é incompreensível às mulheres, dada a delicadeza de suas fibras cerebrais... Fazê-las pensar muito poderia romper essas fibras” (MALEBRANCHE, apud FINE, 2010) ou, como afirma Hubbard (1993) a ciência médica não recomendava a educação mais avançada para as mulheres, porque as tornaria estéreis, vez que o sangue se desviaria do útero para o cérebro. Em nossos dias, temos o que Fine (2010) chama de neurosexismo, ou a mais recente forma de sexismo científico. Assim, estudos realizados no âmbito das neurociências têm enfatizado as diferenças cognitivas entre homens e mulheres, afirmando-as como biológicas e, portanto, irrecorríveis e não passíveis de superação; então se esforçam para estabelecer, por exemplo, que o cérebro feminino possui mais neurônios espelhos do que o cérebro masculino, possibilitando assim uma maior empatia do sexo feminino; ou que o cérebro masculino é predominantemente desenhado para a compreensão e construção de sistemas. O que pensamos sobre essas afirmações é que elas são falaciosas, a menos que considerem que tais diferenças, se existem mesmo, se devem à presença marcante de fatores culturais na construção das identidades de gênero e à plasticidade do cérebro, que é moldado, ao longo da existência de uma pessoa, a partir das experiências vividas por ela. Assim, é claro que mulheres são mais empáticas do que homens, porque seus cérebros foram submetidos desde muito cedo à experiência da escuta e da percepção do outro. Homens são de fato mais afeitos ao uso de coordenadas absolutas para se localizarem, como distâncias e pontos cardeais, mas não por causa de seu cromossomo Y ou seus hormônios, mas simplesmente porque foram submetidos, ao longo da vida, a experiências que os treinaram para estas habilidades. Isto quer dizer que se submetemos meninas às mesmas experiências que são vividas pelos meninos, teremos mulheres e homens muito mais parecidos quanto às suas habilidades cognitivas. A rigor, podemos dizer que não há evidências científicas que apontem para uma predisposição maior de um ou outro sexo para determinada área do conhecimento. Aliás, há evidências muito interessantes apontando, por exemplo, o talento de meninas nas séries iniciais com grande habilidade para a matemática, contrariando os estereótipos de gênero quanto à hegemonia masculina para esta habilidade.

CGT – Você atua no Programa de Pós-Graduação interdisciplinar sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – PPGNEIM - UFBA, sendo assim, gostaríamos

que nos falasse sobre como se deu a discussão para a formação deste programa (a história do programa e se houve resistências dentro da universidade), sua atuação neste programa (temas orientados, caminhos percorridos, perspectiva no programa) e pontuasse qual é a inserção do PPGNEIM na sociedade.

Ângela - O PPGNEIM surgiu nas mentes e corações de algumas das fundadoras do NEIM: Ana Alice Costa, Silvia Lúcia Ferreira, Cecilia Sardenberg, Ivya Alves e Alda Britto da Motta. Segundo Silvia, esta ideia surgiu embalada por experiências vividas em universidades latino-americanas, que as estimulou a rever um antigo projeto de criação de um curso feminista de pós-graduação. As ideias foram colocadas manuscritas dentro de uma pasta lilás, que elas chamavam de baby-doll lilás. Silvia conta que quando terminaram e foram apresentar o projeto ao Pró-Reitor de Pesquisa da UFBA da época, ele tirou todas as esperanças, afirmando que o tema feminismo não era científico e sim de militância, de rua, feito para passeatas e, portanto, não poderia se transformar em um projeto de Pós Graduação. Somente anos depois, com o advento do REUNI em 2006, em um novo contexto, contando com o gosto do reitor Naomar Almeida por ideias inovadoras, o Programa se tornou uma realidade. Como testemunha do processo de criação e como integrante da equipe inicial de docentes credenciados, não posso afirmar que houve uma oposição organizada ao projeto. Mas também não se pode dizer que a comunidade acadêmica aplaudiu a criação do curso.

Atuo no Programa desde sua criação; tenho orientado dissertações de mestrado e teses de doutorado e integro a linha de pesquisa Gênero, Ciência e Educação, onde se insere o CIGE – Grupo de Estudos em Ciência, Gênero e Educação, que agrega todos os projetos em que trabalhamos. Estes projetos se inserem em categorias, segundo nossa percepção: (1) a estrutural, que analisa a presença, a colocação e a visibilidade das mulheres nas instituições científicas; (2) a epistemológica, que questiona os modos de produção do conhecimento a partir de uma crítica aos princípios norteadores do pensamento científico hegemônico; e (3) a análise dos discursos e das representações sobre mulheres na ciência. Até o momento, no âmbito do Programa, o nosso grupo produziu três teses de doutorado e quatro dissertações de mestrado. Esses números são do CIGE, sendo que a Linha de Pesquisa onde ele se insere produziu 21 dissertações e 9 teses nesses 10 anos. Vale dizer que anteriormente, nos outros dois programas em que atuei, foram produzidas mais sete dissertações, todas utilizando o gênero como categoria de análise e fazendo a crítica feminista ao modelo hegemônico de produção de conhecimento. Os temas orientados foram histórias de vida de matemáticas baianas, a configuração de uma instituição de ensino superior segundo o gênero, currículo e representações sociais numa escola de trânsito, direito da família e código civil na perspectiva de gênero, gênero e sexualidade em escola de ensino fundamental, gênero e sexualidade no ensino de Ciências e de Biologia, currículo e gênero e gênero em livros didáticos e Biologia. A perspectiva é de continuar contribuindo para formar pesquisadoras e pesquisadores capazes de utilizar as lentes de gênero para descrever, analisar e transformar ambientes acadêmicos como as instituições de ensino e de pesquisa, contribuindo para fortalecer o campo de estudos GCT e diminuir as assimetrias de gênero nas diferentes áreas do conhecimento.

CGT – Como você vê o desenvolvimento do campo Ciência, Tecnologia e Gênero – CTG no Brasil? Qual a contribuição do PPGNEIM?

Ângela - Vejo com otimismo. Na última década cresceu significativamente a produção na área, enquanto avançamos também na ocupação de espaços nunca antes permeáveis à nossa presença. Hoje participamos de eventos científicos em diferentes campos, possibilitando ou intensificando o diálogo com pesquisadoras(es) de diversas áreas científicas. Estamos articuladas de norte a sul do Brasil, em intensa comunicação e nos fortalecendo como uma rede consistente e produtiva. Esta articulação se concretiza em publicações de artigos e livros em parceria, proposição de Simpósios Temáticos de Gênero, Ciência e Tecnologia em eventos científicos, participações em bancas e comitês, além de constante comunicação e troca de experiências. Penso que o PPGNEIM contribui para esta nova situação como formador de uma consciência de gênero dentro do campo acadêmico com repercussões para fora dele, atingindo a sociedade de modo bastante significativo. O PPGNEIM tem se caracterizado pela participação efetiva junto a movimentos sociais e como referência teórica essencial para a formulação e efetivação de políticas públicas para as mulheres, como sempre foi o NEIM, o órgão da Universidade Federal da Bahia, que lhe deu origem.

CGT – A UFBA oferta um curso de graduação em gênero, como se deram os debates para a formação deste curso? Qual é o perfil das estudantes do curso? Como se dá a inserção desta/e profissional no mercado de trabalho? Qual é a importância deste curso perante a produção teórica-científica brasileira?

Ângela - O grande debate que enfrentamos quando da apresentação da proposta do curso foi sobre a atuação profissional dos egressos; questionavam, por exemplo, como se chamariam os nossos profissionais? Em que campos poderiam atuar? Seriam absorvidos pelo mercado de trabalho? As nossas respostas sempre se pautavam no respaldo institucional, em nível governamental e no reconhecimento das demandas da sociedade no que dizia respeito às questões que levantávamos à época. Vencemos o debate, graças às aguerridas professoras fundadoras do NEIM e também à abertura e à sensibilidade do Reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho. A primeira turma ingressou através do processo seletivo de 2009, em um momento político em que se desenhava a necessidade de responder a uma demanda crescente de profissionais capazes de “formular, acompanhar e monitorar projetos e ações de materialização de direitos, imbuídos de uma perspectiva crítica de gênero e diversidade, ou seja, em suas interfaces com raça/etnia, idade/geração, sexualidade/orientação sexual, etc.” Neste sentido, afirmávamos que um bacharel em gênero e diversidade poderia se inserir em diversos setores, considerando a crescente transversalização indicada pela formalização de acordos internacionais e pactos nacionais e estaduais que versam sobre responsabilidade social e equidade. É importante ressaltar que há também uma demanda significativa no setor público, graças ao crescimento do número de Secretarias, Superintendências e demais organismos governamentais dirigidos à garantia dos direitos das mulheres, das populações negras, juventude, entre outros segmentos.

O perfil do corpo discente é bem representativo da sociedade baiana, especialmente das camadas mais populares; o curso é noturno, daí uma presença marcante de trabalhadores e trabalhadoras. Muito comprometidas/os com a proposta do curso, produzem monografias muito interessantes, que tem contribuído para a expansão do conhecimento na área de gênero e diversidade, conforme se pode observar nos trabalhos já publicados no site do repositório da UFBA

CGT – A Pesquisadora Carla Cabral, em um estudo sobre a produção em Gênero, Ciência e Tecnologia, apontou você e a professora Marília Gomes de Carvalho como as duas principais orientadoras em Gênero, Ciência e Tecnologia. A que você atribui este fato?

Ângela - Penso com muita humildade nesta situação que me coloca lado a lado com a professora Marília Gomes de Carvalho, que respeito e admiro muito. Atribuo este resultado ao trabalho no sentido de registrar e divulgar a presença feminina no campo científico no nosso Estado, mas principalmente no esforço sistemático na formação de pesquisadoras na área de ensino de Ciências e de Biologia com as lentes de gênero. Acredito que fora da educação não há salvação. Ou atuamos na escola, em seus diferentes níveis, para acabar com as assimetrias de gênero que desqualificam as meninas e jovens mulheres para o trabalho científico e naturalizam as diferenças entre homens e mulheres, ou jamais superaremos este problema. O trabalho da professora Carla Cabral mostra exatamente que o nosso grupo está mais voltado para essas questões pedagógicas a serviço dos Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia (EFCT).

CGT – Quais são os desafios, bem como suas expectativas, para os próximos anos para os estudos de Ciência, Tecnologia e Gênero?

Ângela - Estamos diante do maior desafio já enfrentado pela nossa área de estudo: uma onda conservadora e fundamentalista que assola o país, a bordo de uma grande crise política e institucional. Vejo com horror, por exemplo, o movimento escola sem partido, que faço questão de grafar com letras minúsculas, que representa o atraso mais retumbante no contexto da educação já visto na história do Brasil; pessoas absolutamente ignorantes, alheios à área da Educação, fazem propostas absolutamente insustentáveis do ponto de vista teórico, na contramão dos direitos humanos e do respeito à diversidade, em todos os sentidos, e são acolhidas por uma parte da mídia e do próprio governo interino, refém de um congresso retrógrado e atrelado a ideias religiosas fundamentalistas, desrespeitando o princípio da laicidade, fundamental numa democracia. Neste contexto, é claro que podemos pensar que viveremos tempos sombrios. No entanto, como a luta pelo que acreditamos se confunde com as nossas próprias vidas e não somos de fugir à luta, resistiremos. Por exemplo, vejo surgir com muita força um movimento vibrante de meninas muito jovens, claramente feministas e dispostas a levar adiante as nossas bandeiras. Elas estão nas escolas de ensino médio e já nas universidades. Confio nessas meninas maravilhosas, elas vão lutar.

CGT – Tem alguma coisa que você gostaria de falar e não foi perguntado?

Ângela - Só agradecer a honra de ser convidada pra esta entrevista e dizer que é sempre uma grande alegria o contato com vocês, mulheres guerreiras acadêmicas produtivas, grandes parceiras. Um grande abraço, desde Salvador - Bahia, a terra do Senhor do Bonfim e de todos os Orixás.

NOTAS

¹ Entrevista realizada à distância via e-mail por Lindamir Salete Casagrande e Lucas Bueno de Freitas. Lindamir Salete Casagrande também foi responsável pela elaboração do preâmbulo. A entrevista ocorreu no ano de 2016.

² SCHIEBINGER, Londa. Expandindo o kit de ferramentas agnotológicas: métodos de análise de sexo e gênero. **Revista feminismos**. Trad. de Cecília M. B. Sardenberg. Vol.2, N.3 Set. - Dez. 2014. Disponível em <http://www.feminismos.neim.ufba.br/index.php/revista/article/viewFile/125/128>

³ FINE, Cordelia. **Delusions of gender: How our minds, society, and neurosexism create difference**. New York: W.W. Norton, 2010.

⁴ HUBBARD, Ruth. Algumas idéias sobre a masculinidade das Ciências Naturais. In: GERGEN, Mary. (ed), **O Pensamento Feminista e a Estrutura do Conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: Brasília: Edunb, 1993, p. 21-36.

⁵ http://www.generoediversidade.ufba.br/?page_id=126

⁶ <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/>